

**DAIANE MAIA ALVES  
SARA PINI FALEIROS  
TAÍZA ALVES SOUZA MATTOS**

**O ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA: O  
DISCURSO DE PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL  
E EM PORTUGAL**

**FRANCA**

**2008**

**DAIANE MAIA ALVES  
SARA PINI FALEIROS  
TAÍZA ALVES SOUZA MATTOS**

**O ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA: O  
DISCURSO DE PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL  
E EM PORTUGAL**

Trabalho de Conclusão do Curso de Letras apresentado ao  
Uni-FACEF – *Centro Universitário de Franca*.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marina Célia Mendonça.

**FRANCA**

**2008**

**DAIANE MAIA ALVES  
SARA PINI FALEIROS  
TAÍZA ALVES SOUZA MATTOS**

**O ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA: O  
DISCURSO DE PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL  
E EM PORTUGAL**

Franca, 10 de outubro de 2008.

Orientadora: \_\_\_\_\_

Nome: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marina Célia Mendonça.

Instituição: Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca

Examinadora: \_\_\_\_\_

Nome: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Lúcia Furquim Campos Toscano

Instituição: Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca

Dedicamos aos nossos pais, familiares e amigos que nos apoiaram ao longo desse processo de formação.

Dedicamos ao Danilo Eduardo de Pádua, ao Rick Teixeira de Souza e ao Paulo César Carvalho Mattos pela paciência e compreensão durante o trabalho.

Agradecemos:

- a Deus que nos fortalece
- à nossa orientadora, prof<sup>a</sup>.dr<sup>a</sup>. Marina Célia Mendonça, pela dedicação, apoio e por acreditar no nosso trabalho; e
- às amigas que também fizeram parte desta pesquisa.

Uma língua é um lugar donde se vê o Mundo e em que se traçam os limites do nosso pensar e sentir.

Vergílio Ferreira

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir as divergências/aproximações entre os discursos que tomam por tema o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa no Brasil e em Portugal. A partir da análise dos dados encontrados, é possível perceber movimentos identitários diferentes se comparados os discursos portugueses e brasileiros sobre a promoção internacional da Língua. O embasamento teórico deste são textos bakhtinianos apropriados pela Análise do Discurso. Foram selecionados, além do próprio Bakhtin (2002), alguns estudiosos vinculados à sua teoria como Mendonça (2006), Fiorin (2006), Dias (1997), Faraco (2003) e Miotello (2008). Como *corpus*, selecionamos textos de autores brasileiros publicados na *Folha on-line*, além de textos portugueses dos jornais *Diário de Notícias*, em sua versão *on-line*, e *JPN*. A princípio, foram coletados vinte e um textos, referentes a artigos escritos no período de 2007 e 2008, relacionados ao Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa. A partir disso, julgamos relevante analisar sete textos, sendo dois escritos por articulistas da *Folha on-line*, dois do *Diário de Notícias* e três do jornal *on-line JPN*. Fizemos uma abordagem qualitativa do *corpus* e partimos de pistas que nos levaram à formulação de hipóteses. Trata-se de proposta metodológica do historiador italiano Ginzburg (1939) – Paradigma Indiciário. As hipóteses formuladas a partir da pista, do indício encontrado, podem ser ou não confirmadas. O indício que nos chamou atenção em tais dados foi que o discurso acerca do acordo, presente no Brasil e em Portugal, apresentava significativa diferença. Assim, fomos ao encontro, portanto, na análise, dessa possível diferença. E, tal diferença buscada relacionava-se ao conceito de promoção da língua no cenário internacional. Para Portugal tal mudança atingiria a identidade de um povo colonizador, enquanto no Brasil, a mudança é vista como uma oportunidade de ascensão política nos fóruns internacionais.

**Palavras-chave:** acordo ortográfico; língua portuguesa; Brasil; Portugal; política linguística.

## ABSTRACT

The objective of this research is to discuss the different and the similar points of view in the speeches according to the Orthographic Document of Portuguese Language in Brazil and Portugal. Analysing the data researched, it is possible to identify different actions related to the identity if we compare the Brazilian and Portuguese speeches about the international promotion of the Language. The theory are “bakhtinians” texts appropriate to the Speech Analysis. Besides Bakhtin (2002) himself, it was selected some of researchers interested in his theory such as Mendonça (2006), Fiorin (2006), Dias (1997), Faraco (2003) and Miotello (2008). As *corpus*, we chose texts of Brazilian writers published on *Folha on-line* and Portuguese texts of “*Diário de Notícias*” Newspaper, an *on-line* version, and *JPN*. First, twenty one texts were collected, which referred to articles written from the period of 2007 to 2008, related to the Orthographic Document of Portuguese Language. After this, we judged relevant the analysis of seven articles, two written by article writers of “*Folha on-line*”, two by “*Diário de Notícias*” and finally three by the on-line newspaper *JPN*. We did a qualitative approach of the corpus and paid attention to clues that made it possible the creation of the hypotheses. It is the methodological purpose by the Italian historian Ginzburg (1939) – Indiciary Paradigm. The hypotheses elaborated from the clues and from the evidence found could be confirmed or not. The evidence that we pay attention to in this data was that the speech about the document, in Brazil and in Portugal, showed significant difference. Therefore, in the analysis, it was found the possible difference which was related to the definition of promotion of the language in the international canary. Portugal suggest that this change can affect the identity of a settler people, while in Brazil, the change is understood as an opportunity of politic ascension in an international forums.

**Key words:** orthographic document; portuguese language; Brazil; Portugal; linguistic politics.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 DIALOGISMO, DISCURSO E SENTIDO</b> .....	12
<b>2 A PRODUÇÃO DE SENTIDO EM DISCURSOS SOBRE O ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA</b> .....	24
2.1 O ACORDO ORTOGRÁFICO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA .....	24
2.2 <i>CORPUS</i> E MÉTODOS UTILIZADOS .....	25
2.3 O ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA: O DISCURSO DE PROMOÇÃO DO PORTUGUÊS NO BRASIL E EM PORTUGAL .....	26
<b>CONCLUSÃO</b> .....	36
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	37
<b>ANEXO</b> .....	39

## INTRODUÇÃO

Pode-se pensar que a globalização surge no cenário comercial, cultural e econômico a partir do século XV, com o início da expansão marítima e das grandes colonizações. Mas, em 1989, devido às grandes mudanças pelas quais o mundo passou, esse fenômeno se acentuou e ganhou notória importância no contexto internacional.

Percebe-se, devido à globalização, um mundo supostamente cada vez mais unitário em que as economias diminuíram as distâncias com o objetivo de fortalecer o poder econômico e cultural. Porém, estudos apontam que as identidades culturais acentuam-se nesse processo, gerando conflitos com a idéia de homogeneização (RAJAGOPALAN, 2005).

É proposto, nesse contexto histórico, o Acordo ortográfico de Língua Portuguesa. A partir dos anos 1980, a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa se propuseram a formular um documento que tivesse por objetivo unificar a ortografia da Língua Portuguesa. Essas negociações perduraram por dez anos e tal documento só foi finalizado e aprovado em 1990, mas, ainda assim, o acordo não entrou em vigor naquela época e somente dezessete anos depois de elaborado, entrou em vigor. Sua implementação ocorrerá no Brasil a partir de 01/01/2009.

No início desse processo foi decidido que o acordo só seria ratificado se todos os países pertencentes à CPLP<sup>1</sup> o assinassem. Com o tempo, essa condição foi revista e, em 2004, decidiu-se que, se ao menos três países concordassem com o acordo, este entraria em vigor.

Segundo a Colip<sup>2</sup>, as novas regras ortográficas serão implementadas no Brasil a partir de 1º de janeiro de 2009, já que o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou, no dia 29 de setembro do corrente ano, durante a celebração do centenário de morte de Machado de Assis, o decreto aprovado pelo Congresso em 1995.

Levando em consideração esse contexto, uma questão se coloca para esta pesquisa: é possível perceber movimentos identitários diferentes se comparados os discursos portugueses e brasileiros sobre a promoção internacional do português?

Nosso objetivo, nesta pesquisa, é discutir as divergências/aproximações entre os discursos que tomam por tema o acordo em questão no Brasil e em Portugal. Para isso, foram selecionados textos de autores brasileiros publicados na *Folha on-line*; a visão dos

---

<sup>1</sup> Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

<sup>2</sup> Comissão de Língua Portuguesa.

portugueses foi analisada nos jornais portugueses *Diário de Notícias*, em sua versão *on-line*, e *JPN*. Tanto a *Folha de S. Paulo* quanto o *Diário de Notícias* são jornais de referência, o que justifica sua seleção para esta pesquisa. Selecionou-se o jornal *on-line JPN* pela relevância dos textos apresentados sobre o tema desta pesquisa, o que acrescenta material de análise interessante a este estudo – inclusive porque os textos são assinados por profissionais da língua.

Para a realização dessa pesquisa, foram coletados vinte e um textos, escritos no período de 2007 e 2008, relacionados ao Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa. Do que foi coletado, julgamos relevante ao objetivo do estudo a análise de sete textos, sendo dois escritos por correspondentes da *Folha on-line*, dois do *Diário de Notícias* e três do jornal *on-line JPN*.

O embasamento teórico desta pesquisa sustenta-se em textos bakhtinianos relevantes à Análise do Discurso. Foram selecionados, além do próprio Bakhtin (2002), alguns estudiosos de sua filosofia como Fiorin (2006), Dias (1997), Faraco (2003), Miotello (2008) e Mendonça (2006).

Fizemos uma abordagem qualitativa do *corpus*: partimos de pistas que nos levaram à formulação de hipóteses. Trata-se da proposta metodológica do historiador italiano Ginzburg (1939) – Paradigma Indiciário. A partir da pista, do indício encontrado, são formuladas hipóteses que podem ou não ser confirmadas. Um procedimento adotado para confirmar ou não nossas hipóteses foi a busca de paráfrases nos dados.

O indício que nos chamou atenção nos dados apresentados foi a possível diferença nos discursos acerca do acordo por parte do Brasil e de Portugal. Assim, buscamos na análise, confirmar/interpretar essa diferença. Tal diferença buscada estava relacionada ao conceito de *promoção lingüística*.

## 1. DIALOGISMO, DISCURSO E SENTIDO

A partir da perspectiva do círculo bakhtiniano, pretendemos fazer uma reflexão sobre o conceito de dialogismo neste capítulo. Para elaborar e teorizar nosso estudo, tomamos por base, além do próprio Bakhtin, alguns estudiosos dedicados à teoria enunciativa proposta por ele.

Ao estudar Bakhtin, percebe-se uma centralidade nas relações entre linguagem, diálogo e alteridade. Segundo Geraldini (*apud* MENDONÇA, 2006), tal teórico tem por pilares de seus estudos a alteridade e a dialogia. Conforme Mendonça (2006), “a linguagem, para o Círculo, é concebida como um fluxo discursivo em que as palavras dos outros são constitutivas das do “eu”; assim, uma palavra sempre se constitui a partir de, com e para outras palavras”.

Nesse processo dialógico, evidencia-se a problemática da grande temporalidade. Bakhtin, sobre isso, afirma:

(...) o diálogo infinito e inacabável em que nenhum sentido morre. Não há palavra que seja a primeira ou a última, e não há limites para o contexto dialógico (este perde num passado ilimitado e num futuro ilimitado). Mesmo os sentidos passados, aqueles que nasceram do diálogo com os séculos passados, nunca estão estabilizados (encerrados, acabados de uma vez por todas). Sempre se modificarão (renovando-se) no desenrolar do subsequente, futuro. Em cada um dos pontos do diálogo que se desenrola, existe uma multiplicidade inumerável, ilimitada de sentidos esquecidos, porém, num determinado ponto, no desenrolar do diálogo, ao sabor de sua evolução, eles serão rememorados e renascerão numa forma renovada (num contexto novo). Não há nada morto de maneira absoluta. Todo sentido festejará um dia seu renascimento. O problema da grande temporalidade. (BAKHTIN *apud* MENDONÇA, 2006, p. 170).

É com base nessa grande temporalidade que Bakhtin propõe o estudo do dialogismo, pois as memórias são responsáveis pela construção do enunciado, constituindo sua historicidade e singularidade. Possui, então, maior complexidade que um “diálogo imediato”.

De acordo com Mendonça (2006), o teórico propõe-se utilizar o enunciado como um “elo da cadeia dos atos de fala”, já que este é fruto da antecipação da compreensão ativa e é uma resposta ao discurso já dito.

Pode-se considerar, a partir do Círculo de Bakhtin, que a dialogia é plenamente capaz de dar conta do próprio conceito de subjetividade e de enunciado. Percebemos, a partir do estudo bakhtiniano, que o sujeito não é “dono de seu dizer”, pois, de acordo com o teórico,

um discurso é sempre produzido a partir de outro e assim constitui-se sua singularidade. Por outro lado:

O sujeito bakhtiniano não está completamente assujeitado aos discursos sociais. Se assim fosse, negar-se-ia completamente a concepção de heteroglossia e de dialogismo, centrais na obra do filósofo (...). No dialogismo incessante, o ser humano encontra o espaço de sua liberdade e de seu inacabamento. Nunca ele é submetido completamente aos discursos sociais. A singularidade de cada pessoa no “simpósio universal” ocorre na “interação viva das vozes sociais”. (FIORIN, 2006, p. 28)

Passemos agora à relação existente entre dialogia e enunciado. Mendonça (2006) nos traz uma explicação sobre como Bakhtin define essa relação:

Para Bakhtin (2000), não há enunciado fora da rede dialógica, não há enunciado que não se constitua a partir do outro, que não contenha em si outros (ele está sempre com outros) e que não se dirija para outros. Bakhtin propõe que a unicidade de estudo da linguagem seja o enunciado, unidade concreta de uso lingüístico, a qual comporta um locutor real, uma situação de locução, valores expressivos, uma resposta a enunciados já-ditos, uma projeção da compreensão responsiva do outro... Ou seja, para o autor, os conceitos de enunciado e enunciação se completam, porque o primeiro só se realiza e pode ser analisado/estudado na sua relação com o segundo. (p. 172 e 173).

Para Bakhtin, “o centro organizador de toda a enunciação, de toda expressão, está situado no meio social que envolve o indivíduo” (DIAS, 1997, p.110). Porém, não se trata de atribuir um sentido à palavra através de uma situação de mundo. É preciso conceber a palavra a partir da relação com o outro e o discurso do outro, a partir da alternância de locutor. Nesse processo, “tipos específicos de enunciados relacionam-se com o já dito e com a memória do futuro” (MENDONÇA, 2006, p. 173).

Ainda de acordo com o Círculo, a linguagem não pode ser pensada como algo individual ou isolada, já que as vozes que compõem o diálogo são sociais. Em Bakhtin/Volochínov (*apud* MENDONÇA, 2006), as manifestações da heterogeneidade enunciativa são tratadas como histórico-sociológicas, ou seja, o autor relaciona o enunciado “aos valores presentes nos momentos históricos em que ocorrem” (MENDONÇA, 2006, p. 176).

Faraco defende que não apenas as vozes sociais são de interesse de Bakhtin, mas também “o que se produz socioculturalmente quando se realiza o encontro dessas vozes” (*apud* MENDONÇA, 2006, p.176).

Baseado nos estudos de Bakhtin, Fiorin afirma que:

(...) o modo de funcionamento real da linguagem, é o princípio constitutivo do enunciado. Todo enunciado constitui-se a partir de outro enunciado, é uma réplica a outro enunciado. Portanto, nele ouvem-se sempre, ao menos, duas vozes. Mesmo que elas não se manifestem no fio do discurso, estão aí presentes. Um enunciado é sempre heterogêneo, pois ele revela duas posições, a sua e aquela em oposição à qual ele se constrói. Ele exhibe seu direito e seu avesso (FIORIN, 2006, p. 24).

Fiorin apresenta três conceitos de dialogismo. O primeiro conceito relaciona—se ao funcionamento da língua, e ao fato de que todo enunciado constitui-se a partir de outros sem neutralidade nas suas relações sociais. De acordo com o autor, tal formação é constituída por duas forças: centrípetas e centrífugas. “[...] aquelas atuam no sentido de uma centralização enunciativa do plurilingüismo da realidade; estas, buscam erodir, principalmente pela derrisão e pelo riso, essa tendência centralizadora”. (2006, p. 30).

O estudioso exemplifica a atuação da força centrípeta com a ação de um partido político quando tem o intuito de desqualificar seus adversários. E, sobre a força centrífuga, Fiorin pontua que “a derrisão das verdades oficiais representa as forças centrífugas em ação”, assim se pode compreender que o comportamento de zombaria exemplifica essa força.

Partindo para o segundo conceito de dialogismo, o autor afirma tratar-se de recursos que mostram a voz do outro na do eu. Ele apresenta duas maneiras de inserir o discurso do outro no próprio enunciado, a saber, o discurso objetivado e o bivocal.

- a) uma, em que o discurso alheio é abertamente citado e nitidamente separado do discurso citante, é o que Bakhtin chama discurso objetivado;
  - b) outra, em que o discurso é bivocal, internamente dialogizado, em que não há separação muito nítida do enunciado citante e do citado.
- No primeiro caso, existem, entre outros, os seguintes procedimentos: discurso direto, discurso indireto, aspas, negação. O segundo pode ser exemplificado pela paródia, pela estilização, pela polêmica clara ou velada, pelo discurso indireto livre. (FIORIN, 2006, p. 33).

Para exemplificar o uso do discurso direto, Fiorin fez uso da narrativa a fim de definir esse conceito como o responsável pelo acompanhamento do desenrolar dos pensamentos dos personagens, devido aos travessões que são utilizados para indicar a fala desses.

Nesse tipo de discurso demarcado, o enunciador propõe-se reproduzir as palavras do outro exatamente como elas foram ditas e relata o enunciado de outrem através do uso de aspas. As aspas são usadas para demarcar o discurso do outro, como os articulistas de jornais que utilizam esse recurso para se referirem ao discurso do outro. A incorporação do discurso alheio também ocorre através da negação, por meio de advérbios negativos.

No discurso alheio não demarcado, nomeado por Bakhtin como bivocal, a demarcação entre as vozes não é nítida, elas misturam-se, mas são perceptíveis (FIORIN, 2006, p. 38).

Para exemplificar o discurso indireto livre, um tipo de discurso bivocal, o autor cita o livro *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, em que o narrador se utiliza dessa técnica para retratar os pensamentos do personagem Fabiano, e esse tipo de discurso decorre sem a utilização de indicadores presentes no discurso direto.

Conforme o autor, a polêmica clara é outra manifestação do dialogismo: “trata-se do afrontamento de duas vozes que polemizam abertamente entre si, cada uma delas defendendo uma idéia contrária” (FIORIN, p.40). Ao argumentar sobre a polêmica velada, Fiorin diz que essa não é manifestada claramente, mas, na construção discursiva com vozes opostas e cada qual defende sua posição.

A estilização é outro recurso dialógico apresentado por Fiorin. Nela, também ocorre a imitação de um texto produzido pelo discurso indireto livre, porém, ao contrário da paródia, não objetiva desqualificá-lo. “(...) na estilização as vozes são convergentes na direção do sentido, as duas apresentam a mesma posição significante” (FIORIN, 2006, p. 43).

No terceiro conceito de dialogismo, Fiorin diz que o sujeito é essencialmente dialógico, devido às diferentes vozes que constituem sua consciência.

A subjetividade é constituída pelo conjunto de relações sociais de que participa o sujeito. (...).

O princípio geral do agir é que o sujeito age em relação aos outros; o indivíduo constitui-se em relação ao outro. Isso significa que o dialogismo é o princípio de constituição do indivíduo e o seu princípio de ação. (FIORIN, 2006, p. 55).

Assim, o sujeito se constituiu de fora para dentro e, ao se constituir, o outro participa efetivamente desse jogo dialético e de determinações. E, ao dialogar com o outro sentido não se produz somente em relação ao locutor ou interlocutor, mas na sua relação com o meio. Exemplos citados pelo autor seriam a voz de autoridade como o da instituição religiosa (Igreja) e as vozes persuasivas de um candidato político em período eleitoral. Fiorin considera esses tipos de vozes exemplificadas permeáveis de enunciados ideológicos.

Em relação às ideologias, Miotello (2007) afirma que, os escritores do Círculo refletem sobre o estudo da ideologia seguindo duas perspectivas. Uma está ligada às questões sócio-econômicas e outra, embasada no movimento estável e instável dos acontecimentos cotidianos.

Bakhtin e seus companheiros do Círculo não trabalham, portanto, a questão da ideologia como algo pronto e já dado, ou vivendo apenas na consciência individual do homem, mas inserem essa questão no conjunto de todas as outras discussões filosóficas, que eles tratam de forma concreta e dialética (...). Bakhtin mesmo alerta que não aceita ser medíocre dialeticamente, e por isso vai construir o conceito no movimento, sempre se dando entre a instabilidade e a estabilidade, e não na estabilização que vem pela aceitação da primazia do sistema e da estrutura; vai construir o conceito na concretude do acontecimento, e não na perspectiva idealista (MIOTELLO, 2008, p. 168).

A ideologia nesses estudos não trata simplesmente de uma falsa consciência ou expressão de uma idéia, mas de uma tomada de posição determinada. Para exemplificar os dois tipos de ideologia (estável e instável), o autor cita o sentido que a sociedade brasileira faz da palavra *casamento*. Nas palavras de Miotello:

Basta olhar para as múltiplas composições familiares, para os vários tipos possíveis de casamentos, para as discussões sem fim em torno do *casamento de pessoas do mesmo sexo* para entender que estamos diante de uma luta declarada de sentidos; a ideologia oficial buscando construir um sentido relativamente estável para *casamento* (união entre duas pessoas de sexo diferente), enquanto os estratos inferiores da ideologia produzem uma multidão de sentidos e de realidades. (MIOTELLO, 2008, p. 174).

Para esse autor as palavras *engravadam*, ou seja, várias vozes constituem seu sentido devido às mudanças sociais a que são submetidas, por isso, considera-se que não se pode *etiquetar* a palavra em um único sentido. A ideologia, tal como proposta nesses estudos, como se disse, não trata simplesmente de uma falsa consciência ou expressão de uma idéia, mas uma tomada de posição determinada. Essa concepção caracteriza a ideologia como expressão, organização e regulação das relações histórico-materiais dos homens. Nesse sentido, pontua o autor:

(...) Bakhtin/ Voloshinov defende que as menores, mais ínfimas e mais efêmeras mudanças sociais repercutem imediatamente na língua; os sujeitos inter-agentes inscrevem nas palavras, nos acentos apreciativos, nas entonações, na escala dos índices de valores, nos comportamentos ético-sociais, as mudanças sociais. As palavras, nesse sentido, funcionam como agente e memória social, pois uma mesma palavra figura em contextos diversamente orientados (BAKHTIN, *apud*, MIOTELLO, 2007, p. 172).

Com o intuito de construir uma teoria de criação ideológica com base no marxismo, Voloshinov concentrou-se em questões voltadas à linguagem. A partir disso, o teórico do Círculo de Bakhtin criou a discussão crítica dos estudos lingüísticos da época e ainda defendeu a tese de que os enunciados do cotidiano e os enunciados artísticos situam-se



na grande corrente da comunicação sociocultural e ainda apresentam, em sua significação, certa dimensão axiológico-social.

Segundo o Círculo, a ideologia presente nessa criação ideológica é o nome dado para “o universo que engloba a arte, a ciência, a filosofia [...] e todas as manifestações superestruturais” (Faraco, 2003). Essa palavra é usada, em geral,

para designar o universo dos produtos do “espírito” humano, aquilo que algumas vezes é chamado por outros autores de cultura *imaterial* ou produção *espiritual* (talvez como herança de um processo idealista); e, igualmente, de formas da consciência social (num vocabulário de sabor mais materialista). (FARACO, 2003, p. 46).

Devido à dimensão avaliativa que expressa um posicionamento social de valor na significação dos enunciados, é possível relacionarmos o adjetivo ideologia com algo axiológico. Desta forma, qualquer enunciado, na visão do Círculo bakhtiniano é ideológico.

Para eles

não existe enunciado não-ideológico. E no ideológico em dois sentidos: qualquer enunciado se dá na esfera de uma das ideologias (i.e., no interior de uma das áreas da atividade intelectual humana) e expressa sempre uma posição avaliativa (i.e., não há enunciado neutro; a própria retórica da neutralidade é também uma posição axiológica). (FARACO, 2003, p. 46).

Voloshinov também relaciona ideologia com o universo de produção imaterial. Para ele, “as bases de uma teoria marxista das ideologias estão estreitamente ligadas aos problemas da filosofia da linguagem” (FARACO, 2003, p. 9). O teórico também sugere que todo produto da cultura imaterial, ou seja, algo ideológico é um signo, já que apresenta um significado. Assim, percebe-se que signo e ideologia são correspondentes.

Medvedev, outro teórico do Círculo, acredita que as abordagens positivista e idealista da criação ideológica são inadequadas devido ao fato de que não levam em consideração a criação ideológica como algo sempre social e histórico. Segundo ele, os produtos da criação ideológica são partes da realidade prática, ou seja, são dotados de materialidade e, sendo assim, são sempre signos.

E, para o teórico, assim como para todos os teóricos do Círculo, os signos são

intrinsecamente sociais, isto é, são criados e interpretados no interior dos complexos e variados processos que caracterizam o intercâmbio social. Os signos emergem e significam no interior de relações sociais, estão entre seres socialmente organizados; não podem, assim, ser concebidos como resultantes de processos apenas fisiológicos e psicológicos de um indivíduo isolado; ou determinados

apenas por um sistema formal abstrato. Para estudá-los é indispensável situá-los nos processos sociais globais que lhes dão significação. (FARACO, 2003, p. 48)

E, já que a significação dos signos envolve a dimensão axiológica, é possível perceber que valores permeiam nossa relação com o mundo. Bakhtin pontua que

qualquer palavra (qualquer enunciado concreto) encontra o objeto a que ele se refere já recoberto de qualificações, envolto por uma atmosfera social de discursos, por uma espécie de aura heteroglótica (i.e.; por uma densa e tensa camada de discursos). (FARACO, 2003, p. 49)

Assim, “a relação do nosso dizer com as coisas nunca é direta, as palavras não tocam as coisas, mas penetram na camada dos discursos sociais” (FARACO, 2003, p. 49). E, nesse sentido, os membros do Círculo vão apontar que

os signos não apenas refletem o mundo (não são apenas um decalque do mundo); os signos também (e principalmente) refratam o mundo. Em outras palavras, [...] o processo de transmutação do mundo em matéria significante se dá sempre atravessado pela refração dos quadros axiológicos. [...] E refratar significa, aqui, que com nossos signos nós não somente descrevemos o mundo, mas construímos – na dinâmica da história e por decorrência do caráter sempre múltiplo e heterogêneo das experiências concretas dos grupos humanos – diversas interpretações (refrações) desse mundo. (FARACO, 2003, p. 49; 50).

Nesse contexto, Medvedev aponta que há várias verdades contraditórias na ideologia de uma época ou grupo social. E, esses grupos, ao sugerirem valores diferentes às ações e acontecimentos geram diferentes modos de significar o mundo.

Desse modo, Bakhtin afirma que “não é possível significar sem refratar” (FARACO, 2003, p. 50), já que a significação não está presente no signo propriamente dito, mas é construída a partir da história, da diversidade de experiências dos grupos humanos e do confronto de interesse ou valores sociais. E essa plurivocidade é necessária para que o signo funcione nas esferas sociais, tendo em vista que “eles significam deslizando entre múltiplos quadros semântico-axiológicos” (FARACO, 2003, p. 51).

Tal quadro semântico-axiológico é que possibilita a significação, e a partir daí as várias verdades e os diversos discursos. Para Medvedev a significação transforma a partir de cada voz social e por isso é “aberta e infinita” (FARACO, 2003, p. 51).

As vontades sociais de poder tentarão sempre estancar, por gestos centrípetos, aquele movimento: tentarão impor uma das verdades sociais (a sua) como a verdade; tentarão submeter a heterogeneidade discursiva (controlar a multidão de discursos); monologizar (dar a última palavra); tornar o signo monovalente (deter a dispersão semântica); finalizar o diálogo. (FARACO, 2003, p. 52).

Dias considera que a enunciação, em estudos bakhtinianos, permite o movimento entre o que é estável e o que é instável. De acordo com o autor, Bakhtin diz que o que é instável

adquire a sua identidade na relação dialética entre a estabilidade da sua significação, que lhe permite ser reconhecido como o mesmo signo em diferentes situações de enunciação, e a mobilidade que ele adquire relativamente à especificidade dessas situações enunciativas (DIAS, 1997, p. 111-112).

Para Mendonça (2006), a base semântica do Círculo é a compreensão responsiva ou a contrapalavra. Podemos pensar nessa contrapalavra da seguinte forma:

a contrapalavra, como resposta à palavra do outro, além de “prolongar” esta – isto é: trazê-la para a perspectiva do eu –, também age sobre o outro. Trata-se não só de uma ação do eu sobre a linguagem (“ampliando” as possibilidades de dizer e de interpretar), ou do outro sobre o eu, mas também do eu sobre o outro. Configura-se, assim, um processo complexo na produção de identidade do eu e do outro (MENDONÇA, 2006, p.179).

A contrapalavra, segundo o Círculo, pode ressignificar enunciados de acordo com o *tema*. O conceito de tema é proposto por Mikhail Bakhtin em seu livro “Marxismo e filosofia da linguagem”, juntamente com o conceito de *significação*. Tendo em vista os problemas de sentido na linguagem, é preciso, num primeiro momento, distinguir tema e significação a fim de compreender suas formas de relacionamento.

Bakhtin mostra-nos que a unicidade da palavra torna-se inerente às suas significações.

O sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis. No entanto, nem por isso a palavra deixa de ser una. Ela não se desagrega em tantas palavras quantos forem os contextos nos quais ela pode se inserir. Evidentemente, essa unicidade da palavra não é somente assegurada pela unicidade de sua composição fonética; há também uma unicidade inerente a todas as suas significações (BAKHTIN, 2002, p. 106).

Dias (1997), a respeito do sentido na obra de Bakhtin, afirma que é preciso ter duas direções no horizonte: a investigação contextual do elemento lingüístico nas condições de uma enunciação concreta, a qual se centra na noção de tema, e a investigação do significado desse elemento no sistema da língua, este voltado para o conceito de significação.

Para Bakhtin, a significação é um dos problemas mais difíceis da lingüística, e em suas palavras “as tentativas de resolução desse problema têm revelado o estreito solilóquio da ciência lingüística com particular clareza.” (2002, p. 128). De acordo com o autor, são as

teorias apoiadas em uma compreensão passiva que afastam a lingüística de uma investigação precisa sobre a significação. E, disposto a discutir esse conceito, Bakhtin apresenta uma análise considerada por ele como um “exame muito breve e superficial para simplesmente traçar as grandes linhas de uma investigação produtiva nesse campo” (2002, p. 128).

Bakhtin afirma que, quando a significação assume o sentido da enunciação, recebe o nome de tema que, de acordo com ele, deve ser único para que seja possível definir a enunciação.

O tema da enunciação é na verdade, assim como a própria enunciação, individual e não reiterável. Ele se apresenta como a expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação. A enunciação: “Que horas são?” tem um sentido diferente cada vez que é usada e também, conseqüentemente, na nossa terminologia, um outro tema, que depende da situação histórica concreta (...) em que é pronunciada e da qual constitui na verdade um elemento. (BAKHTIN, 2002, p. 128).

O autor afirma que o tema da enunciação também é determinado pelos elementos não verbais da situação, o que atribui à enunciação um caráter de amplitude concreta.

Já a significação é definida por Bakhtin como elementos da enunciação que, diferentemente do tema, são reiteráveis e idênticos cada vez que são repetidos. Diferentemente do tema, esses elementos são abstratos, assim não têm uma existência concreta independente, no entanto, também são partes indispensáveis da enunciação.

Preocupado em esclarecer os dois conceitos, compreendidos, respectivamente, como tema e significação, o autor estabelece um paralelo:

O tema da enunciação é na essência irredutível à análise. A significação da enunciação, ao contrário, pode ser analisada em um conjunto de significações ligadas aos elementos lingüísticos que a compõem. O tema da enunciação: “Que horas são?”, tomado em ligação indissolúvel com a situação histórica concreta, não pode ser segmentado. A significação da enunciação: “Que horas são?” é idêntica em todas as instâncias históricas em que é pronunciada; ela se compõe das significações de todas as palavras que fazem parte dela, das formas de suas relações morfológicas e sintáticas, da entoação interrogativa etc (BAKHTIN, 2002, p. 129).

Seguindo esse raciocínio, Bakhtin afirma que o tema é um sistema de signos dinâmicos que visa adaptar-se às condições de um dado momento; enquanto que a significação corresponde a um aparato técnico para a realização do tema. Nesse sentido, de acordo com o autor, não é possível traçar uma fronteira entre tema e significação, tendo em vista que um complementa o outro.

## Nas palavras do autor

Não há tema sem significação, e vice-versa. Além disso, é impossível designar a significação de uma palavra isolada (...) sem fazer dela o elemento de um tema, isto é, sem construir uma enunciação, um “exemplo”. Por outro lado, o tema deve apoiar-se sobre uma certa estabilidade da significação; caso contrário, ele perderia seu elo com o que precede e o que segue, ou seja, ele perderia, em suma, o seu sentido (BAKHTIN, 2002, p. 129).

Bakhtin afirma que estudos das línguas dos povos primitivos conduzem para uma conclusão acerca da complexidade do pensamento primitivo, tendo em vista que os mesmos utilizavam uma única palavra para designar expressões e conceitos muito distintos. De acordo com Nicolau Marr, esse estudo favoreceu a investigação lingüística acerca da significação da palavra, na medida em que

É suficiente dizer, “diz Nicolau Marr”, que a paleontologia lingüística contemporânea nos dá a possibilidade de aceder, graças às suas investigações, às épocas em que as tribos só tinham à sua disposição uma única palavra para cobrir todas as significações de que a humanidade tinha consciência (MARR *apud* BAKHTIN, 2002, p. 130).

Bakhtin nomeia essa única palavra, que o homem primitivo utilizava para se comunicar, como: *palavra onisignificante*. E sua reflexão acerca desse estudo fundamenta-se no sentido de esclarecer a dúvida se o papel onisignificante da palavra torna-a realmente uma palavra.

Mas, perguntar-se-á, será que uma palavra onisignificante é realmente uma palavra? Sim, é precisamente uma palavra. Diremos ainda mais que, se um complexo sonoro qualquer comportasse uma única significação inerte e imutável, então esse complexo não seria uma palavra, não seria um signo, mas apenas um sinal. *A multiplicidade das significações é o índice que faz de uma palavra uma palavra.* Em relação à palavra onisignificante de que fala Marr, podemos dizer que o seguinte: tal palavra, de fato, não tem praticamente significado: é um *tema puro*. Sua significação é inseparável da situação concreta em que se realiza. Sua significação é diferente a cada vez, de acordo com a situação” (BAKHTIN, 2002, p.130).

O autor também ressalta que a significação refere-se a um conjunto de elementos que se relacionam com o todo e, por essa razão, não se pode traçar uma fronteira clara entre tema e significação. Nesse sentido, pontua o autor: “Sua significação é inseparável da situação concreta em que se realiza. Sua significação é diferente a cada vez, de acordo com a situação” (BAKHTIN, 2002, p.130).

Assim, mesmo a palavra onisignificante assumindo o sentido de enunciação completa, não possui significações fixas. O autor ressalta que a significação também refere-se a um conjunto de elementos que se relacionam com o todo e, por essa razão, não se pode traçar uma fronteira clara entre tema e significação. Nesse sentido, Bakhtin pontua:

A maneira mais correta de formular a inter-relação do tema e da significação é a seguinte: o tema constitui o estágio superior real da capacidade lingüística de significar. De fato, apenas o tema significa de maneira determinada. A significação é o estágio inferior da capacidade de significar. A significação não quer dizer nada em si mesma, ela é apenas um potencial, uma possibilidade de significar no interior de um tema concreto. A investigação da significação de um ou outro elemento lingüístico pode (...) orientar-se para duas direções: para o estágio superior, o tema; nesse caso, tratar-se-ia da investigação da significação contextual de uma dada palavra nas condições de uma enunciação concreta. Ou então ela pode tender para o estágio inferior, o da significação: nesse caso, será a investigação da significação da palavra no sistema da língua, ou em outros termos, a investigação da palavra dicionarizada. (BAKHTIN, 2002, p. 131)

De acordo com Bakhtin, a construção de uma ciência sólida sobre a significação far-se-á mediante a compreensão dos conceitos de tema e significação e sua inter-relação.

Para Bakhtin toda compreensão é ativa, pois é por meio dela que se torna possível apreender o tema e formular respostas.

A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão. Assim, cada um dos elementos significativos isoláveis de uma enunciação e a enunciação toda são transferidos nas nossas mentes para um outro contexto, ativo e responsivo. (BAKHTIN, 2002, p. 132).

O filósofo afirma que a palavra (no sentido genérico) orienta-se por um contexto e situação precisos e é esta orientação que o teórico chama de mobilidade específica. Assim, a significação se dá a partir dessa mobilidade específica e não através da forma. Segundo Dias (1997), o conceito de mobilidade específica nada mais é que uma representação da relação entre unicidade e polissemia da forma lingüística. E esta forma lingüística não é o signo em si, ela torna-se signo a partir dessa mobilidade específica.

Podemos também considerar que a mobilidade do sentido se dá no processo de compreensão do enunciado. O teórico russo diz que o ato de compreender é uma forma de diálogo, ou seja, compreender é, de acordo com Bakhtin, opor-se à palavra do locutor outra palavra, o que configura a contrapalavra. É nessa relação dialógica que se dá a produção de sentido. Nas palavras do autor “(...) a significação pertence a uma palavra enquanto traço de

união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva” (BAKHTIN, 2002, p. 132).

A inter-relação entre os conceitos apresentados pelo autor aponta para mais um conceito que exercerá um importante papel na ciência das significações: para Bakhtin, a palavra, quando utilizada na fala real, possui não apenas tema e significação, mas também um “acento de valor”. Segundo o autor “(...) quando um conteúdo objetivo é expresso (dito ou escrito) pela fala viva, ele é sempre acompanhado por um acento apreciativo determinado. Sem acento apreciativo, não há palavra” (BAKHTIN, 2002, p. 132).

Para Bakhtin, o acento apreciativo relaciona-se com a significação no contexto social da fala por meio da entoação – responsável em atribuir expressividade à fala – a qual permite perceber as participações dos interlocutores. Para o teórico, a entoação é determinada pela situação, e a palavra é o suporte dessa entoação. Nesse sentido, segundo Bakhtin, mesmo que se utilize uma única palavra em um diálogo a fala nunca será a mesma.

Os acentos apreciativos dessa ordem e as entoações correspondentes não podem ultrapassar os limites estreitos da significação imediata e de um pequeno círculo social íntimo. Podemos qualificá-los como auxiliares marginais das significações lingüísticas. (BAKHTIN, 2002, p. 134)

Por meio dessas reflexões, Bakhtin afirma que a evolução semântica na língua está relacionada à evolução do horizonte apreciativo de um dado grupo social. Este pensamento seria, de acordo com ele, um passo para se resolver o problema da significação na lingüística. Assim, a palavra onisignificante, suficiente para a comunicação do homem primitivo, já não é para o homem capitalista.

Desta forma, conclui o autor:

Os novos aspectos da existência, que foram integrados no círculo do interesse social, que se tornaram objetos de fala e da emoção humana, não coexistem pacificamente com os elementos que se integraram à existência antes deles; pelo contrário, entram em luta com eles, submetem-nos a uma reavaliação, fazem-nos mudar de lugar no interior da unidade do horizonte apreciativo. Essa evolução dialética reflete-se na evolução semântica. Uma nova significação se descobre na antiga e através da antiga, mas a fim de entrar em contradição com ela e de reconstruí-la. (BAKHTIN, 2002, p. 136).

## 2. A PRODUÇÃO DE SENTIDO EM DISCURSOS SOBRE O ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

### 2.1 O ACORDO ORTOGRÁFICO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA

Desde os tempos de expansão marítima e conquistas de colônias pode-se pensar na globalização. Porém, foi a partir de 1989, com o fim da Guerra Fria e as bruscas mudanças pelas quais o mundo passou (fim da divisão bipolar e início de uma nova ordem mundial), que este fenômeno se intensificou e ganhou força na nova ordem internacional.

Entre muitos conceitos, pontuamos que

a Globalização corresponde ao envolvimento de várias economias no mercado internacional, ou a interdependência comercial entre os países, que pode ser percebida por meio do acelerado crescimento de intensas relações comerciais, turismos internacionais e investimentos multinacionais, nos meios de comunicação e transporte. A Globalização atinge as culturas, que muitas vezes são alteradas em seu modo de vestir, comer, divertir, além da música, cinema e outros. (disponível em: <<http://mundo.educacao.uol.com.br/geografia/o-que-globalizacao.htm>>. Acesso em: 23 set. 2008 UOL, 2008)

A partir do texto exposto percebe-se, devido à globalização, um mundo supostamente cada vez mais unitário em que as economias diminuíram as distâncias com o objetivo de fortalecer o poder econômico e cultural. Assim, as fronteiras entre os países pareceriam menos importantes e caminharíamos para certa homogeneização. Entretanto, estudos apontam que as identidades culturais acentuam-se nesse processo, gerando conflitos com a idéia de homogeneização (RAJAGOPALAN, 2005).

É nesse contexto histórico que se propõe o Acordo ortográfico de Língua Portuguesa. Na década de 1980, a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa se propuseram a formular um documento que tivesse por objetivo a unificação da Língua Portuguesa entre os dois países. Tais negociações foram discutidas por dez anos e o documento foi finalizado em 1990. Porém, ainda assim, o acordo não entrou em vigor naquela época e, somente dezessete anos depois de elaborado, entrou em vigor.

No início desse processo, uma das condições para que o acordo fosse ratificado era a assinatura de todos os países pertencentes à CPLP, mas, ao longo das negociações, essa



condição foi revista e em 2004 decidiu-se que se ao menos três países concordassem com a mudança esta começaria a valer.

De acordo com a Colip, a nova ortografia começará a ser implementada no Brasil a partir de 1º de janeiro de 2009, já que o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou, no dia 29 de setembro de 2008, durante a celebração do centenário de morte de Machado de Assis, o decreto aprovado pelo Congresso em 1995.

Assim, a partir desse contexto histórico em que é situado o Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa e como ponto de partida para a análise, é importante considerar como se dá a relação entre esse acordo ortográfico e a globalização em contextos sócio-ideológicos diferentes no Brasil e em Portugal.

Os dados analisados a seguir indicam movimentos identitários diferentes se comparados os discursos portugueses e brasileiros sobre a promoção internacional do português.

## 2.2 CORPUS E MÉTODOS UTILIZADOS

Nesta pesquisa, nosso objetivo é discutir as divergências/aproximações entre os discursos que tomam por tema o acordo em questão no Brasil e em Portugal. Foram selecionados textos de autores brasileiros publicados na *Folha on-line*; a visão dos portugueses foi analisada nos jornais portugueses *Diário de Notícias*, em sua versão *on-line*, e *JP*. Como foi afirmado na introdução do trabalho, tanto a *Folha de S. Paulo* quanto o *Diário de Notícias* são jornais de referência, o que justifica sua seleção para esta pesquisa. Selecionamos o jornal *on-line JPN* pela relevância dos textos apresentados sobre o tema desta pesquisa, o que acrescenta material de análise interessante ao nosso estudo – inclusive porque os textos são assinados por profissionais da língua.

Segundo a enciclopédia livre *Wikipédia*, a *Folha de S. Paulo*, além de ser um dos jornais mais influentes do Brasil, é hoje o jornal brasileiro de maior circulação, com uma tiragem média de 299 mil exemplares. Foi fundado em 1921 com o nome de *Folha da Noite*, porém, nos anos 1960 foi comprado e rebatizado. Foi o primeiro jornal a oferecer conteúdos *on-line* em Língua Portuguesa.

De acordo, também, com a enciclopédia livre *Wikipédia*, o *Diário de Notícias on-line* é um dos veículos matutinos de referência em Portugal. Foi fundado em 1864 e tem

uma tiragem média de 34 mil exemplares, o que o coloca em 5.º lugar entre os jornais diários portugueses.

O JPN (JornalismoPortoNet), em sua página na internet, identifica-se como

o jornal digital da Licenciatura em Ciências da Comunicação: Jornalismo, Assessoria, Multimédia da Universidade do Porto. (...) JPN assume-se como jornal independente, plural e equilibrado, regendo-se pelos valores éticos e deontológicos do jornalismo. O jornal promove a livre expressão de idéias, o rigor informativo e a distinção clara entre informação e opinião. (JPN, 2008).

Para possibilitar a realização dessa pesquisa foram coletados vinte e um textos, escritos no período de 2007 e 2008, relacionados ao Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa. Desse conjunto de textos, julgamos relevante analisar sete, sendo dois escritos por articulistas da *Folha on-line*, dois do *Diário de Notícias* e três do jornal *on-line JPN*. A seleção se deu a partir da proposta metodológica de Ginzburg, descrita a seguir.

Quanto à teorização do estudo, tivemos como respaldo a obra de Bakhtin e sua relação com a Análise do Discurso. Foram estudados, além do próprio Bakhtin (2002), alguns estudiosos de sua teoria como Fiorin (2006), Dias (1997), Faraco (2003), Miotello (2008) e Mendonça (2006).

A partir de uma abordagem qualitativa do *corpus*, partimos de pistas que nos levaram à formulação de hipóteses. Hipóteses estas que podem ou não serem confirmadas ao longo da pesquisa. Trata-se de proposta metodológica do historiador italiano Ginzburg (1939) chamada de Paradigma Indiciário. Para confirmar ou não nossa hipótese buscamos paráfrases nos dados – em suma: o que se repete foi tomado como indício de importância no agrupamento de séries de enunciados e indício daquilo que deveria ser analisado.

O indício que nos chamou atenção em tais dados foi que o discurso, acerca do acordo, presente no Brasil e em Portugal, apresentava significativa diferença. Assim, buscamos, na análise, descrever e interpretar essa possível diferença.

### 2.3 O ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA: O DISCURSO DE PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL E EM PORTUGAL

A palavra *promoção*, segundo Houaiss, refere-se a:

1. Ato ou efeito de promover. [...] 5. Qualquer atividade (de propaganda, marketing, divulgação, relações públicas etc.) destinada a tornar mais conhecido e prestigiado um produto, serviço, marca, idéia, pessoa ou instituição <Fazer a p. de

um produto> **p. de vendas 1.** Conjunto de técnicas promocionais e atividades (concursos, ofertas, amostras grátis, descontos, estandes, displays etc.) destinadas a reforçar o interesse de vendedores, revendedores e consumidores com relação a um determinado produto para o público; merchandising. ETIM LAT. Promotio, ōnis ‘promoção, adiantamento (em graduação), elevação, maior dignidade’, do rad. de promōtum, supn. De promovēre ‘promover, impelir para diante, fazer andar; dar promoção, elevar, engrandecer, levar para fora, fazer sair, adiantar-se, ter aproveitamento’; acp pub por infl. do ing. Promotion ‘promoção publicitária’, de mesa orig.; ver mov. (HOUAISS; VILLAR, 2004, p. 2310)

A partir do fragmento citado acima, julgamos importante pontuar o uso dessa palavra no contexto do acordo ortográfico, já que se mostrou relevante nos textos escritos por articulistas brasileiros e portugueses.

Os textos brasileiros selecionados para essa análise apresentam um discurso favorável ao acordo ortográfico, pois este visaria à possibilidade de o país afirmar-se politicamente no cenário internacional, trata-se da promoção internacional da língua portuguesa.

Para o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, citado em um desses textos, a unificação significa um fator político importante para o Brasil, por isso defende a permanente promoção da língua, para a qual a posição do Brasil seria estratégica. Tal posição pode ser entendida a partir do grande número de falantes encontrados aqui. Veja-se, no fragmento abaixo, que a “política permanente de promoção da Língua Portuguesa” pode ser tomada como sinônima de “política de divulgação e difusão permanente.”

Celso Amorim defendeu uma **política permanente de promoção da língua portuguesa** no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e apontou como estratégica a posição do Brasil para a difusão do idioma. "Independentemente de toda a cooperação bilateral ou plurilateral que existe, tem que haver uma política da língua portuguesa. É preciso haver uma **política de divulgação e difusão permanente**", afirmou Amorim, em declarações à Lusa. (LUSA, 2008 – negrito adicionado.)

Tamanho interesse se dá no Brasil à ratificação do acordo devido à crença de que, se aceito, ele proporcionaria maior notoriedade política aos países falantes do Português, inclusive em entidades como a ONU. Nesse sentido, a promoção da língua é tomada como atitude que lhe dá “visibilidade”, como “afirmação no cenário internacional”.

Uma das principais justificativas para o acordo ortográfico, firmado entre os oito países de língua portuguesa em 1990 e prestes a entrar em vigor, é que o fim de várias grafias proporcionará maior **visibilidade** ao idioma --o sétimo mais falado no planeta. Isso contribuiria para sua **afirmação no cenário internacional**, principalmente em entidades como a ONU (Organização das Nações Unidas). (OLIVEIRA, 2008 – negrito adicionado).

Já para Fiorin, também citado pela *Folha on-line*, essa importância política é representada pela facilitação da *difusão* e do ensino de Português no mundo:

Para mim tem importância política, facilita a difusão e o ensino do português no mundo. No sistema de certificação internacional não é aceita a ortografia do Brasil e nos documentos internacionais se faz uma versão com a ortografia de Portugal e do Brasil. (FIORIN *apud* OLIVEIRA, 2008).

Observa-se que a palavra *difusão* colocada na fala de Fiorin, tem um sentido semelhante ao que foi apresentado por Amorim no trecho acima, ou seja, aparecem em enunciados parafrásticos. Tais discursos procuram promover o Brasil através da Língua Portuguesa falada aqui.

A palavra *promoção* utilizada no discurso de Amorim, além de relacionada com a palavra *difusão*, que também aparece no discurso de Fiorin, aproxima-se ainda da definição apresentada por Houaiss, ou seja, tem por objetivo divulgar e tornar mais conhecida uma idéia ou produto, no caso a Língua, em contexto internacional.

Parece interessante, nesse contexto da análise, retomar o conceito de ideologia em Bakhtin.

os signos não apenas refletem o mundo (não são apenas um decalque do mundo); os signos também (e principalmente) refratam o mundo. Em outras palavras, [...] o processo de transmutação do mundo em matéria significante se dá sempre atravessado pela refração dos quadros axiológicos. [...] E refratar significa, aqui, que com nossos signos nós não somente descrevemos o mundo, mas construímos – na dinâmica da história e por decorrência do caráter sempre múltiplo e heterogêneo das experiências concretas dos grupos humanos – diversas interpretações (refrações) desse mundo. (FARACO, 2003, p. 49; 50).

O autor, a partir das idéias expostas por Faraco (2003), afirma que o signo refrata o mundo e constrói significados. Podemos perceber que, se tal acordo for ratificado, constrói-se a idéia de que a Língua Portuguesa se afirmará como uma das principais línguas faladas e ainda ocupará um lugar de poder no cenário mundial.

Questionado sobre o acordo ortográfico, que vai entrar em vigor nos países da CPLP que já o ratificaram (Portugal, Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), Amorim disse que a sua adoção vai "simplificar" o uso da língua, além de facilitar a divulgação de livros didáticos e atingir comunidades que falam português em outros países. (LUSA, 2008).

O recurso das aspas marca um posicionamento do jornalista, mostrando que ele não assume essa palavra aspeada. No entanto, na seqüência do discurso relatado, ele assume o discurso do ministro, reforçando seu ponto de vista e ajudando a construir uma realidade

favorável à adoção do acordo. Já no segundo parágrafo, o articulista utiliza as aspas para demarcar nitidamente a voz de Amorim, reforçando no texto o efeito de sentido de verdade. (FIORIN, 2006, p. 35).

“Independentemente de toda a cooperação bilateral ou plurilateral que existe, tem que haver uma política da língua portuguesa. É preciso haver uma política de divulgação e difusão permanente”, afirmou Amorim, em declarações à Lusa. (LUSA, 2008).

Porém, há também no Brasil opiniões contrárias às já citadas. O professor brasileiro Cláudio Moreno, citado na mídia portuguesa, diz que uma união cultural não se faz por meio da ortografia e que esse acordo ortográfico não aumenta em nada o vínculo entre Brasil e Portugal.

Um ponto de vista também partilhado pelo professor brasileiro Cláudio Moreno, que disse ao JPN que a união cultural está muito além da ortografia que cada povo usa no quotidiano. "A língua é o sentimento da língua, é a palavra, são as expressões, é o que Camões e Machado de Assis escreveram, e isso não se vai desmanchar nunca".

"O que foi vendido, e que me deixa assustado, é a idéia de que essa fictícia unificação ortográfica uniria mais os dois países e é claro que não é isso. É a cultura, não é a maneira como se escreve. No momento que passarmos a escrever da mesma forma, isso vai aumentar qualquer vínculo entre nós? Claro que não", sublinha o professor (PINTO, 2008).

Como no fragmento acima, é comum, em nosso *corpus*, essa posição entre os portugueses. Vejamos:

Mudar a grafia das palavras não altera os laços culturais da lusofonia. Especialistas receiam a transmissão de mensagens ilusórias ou fictícias.

A discussão em torno do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa tem, desde que Portugal anunciou a intenção de aprovar o Segundo Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico, suscitado a intervenção de várias figuras públicas, desde lingüistas, políticos a catedráticos ou editores. A questão da identidade cultural de cada país e o sentimento de união lusófona são temas que inquietam os especialistas que mais se envolvem no debate da nova ortografia. (PINTO, 2008).

Para várias autoridades portuguesas, a unificação da Língua vai além de simplesmente unir duas grafias, já que tal acordo não altera os laços culturais entre os povos – fator expressivo na unificação de nações.

Escritores portugueses sugerem que o acordo transmite uma “mensagem ilusória ou fictícia”. Para Pedro Mexia (PINTO, 2008), essa ratificação não modifica a língua foneticamente, pois esta “varia de país para país e de região para região”. Segundo ele a ortografia não deve seguir o critério do português falado, mas sim da etimologia “que contém

uma explicação histórica e um lastro cultural de uma língua” (vide trecho em **negrito**). Essa ratificação do acordo significa, para o escritor, a perda da identidade lingüística do Português.

Pedro Mexia, escritor e crítico literário, escreveu, recentemente, no seu blogue que não é "adepto deste Acordo Ortográfico", mas reconhece as **possíveis "vantagens culturais e comerciais"**.

A principal crítica do escritor recai sobre o "critério fonético". "Se é um acordo ortográfico, que apenas modifica a língua escrita, não me parece sensato que a ortografia siga sempre o critério do português falado. A fonética do português varia de país para país e de região para região". Pedro Mexia acrescenta, ainda, que a adopção do critério fonético se faz "**à custa do elemento etimológico que contém uma explicação histórica e um lastro cultural" de uma língua.** (PINTO, 2008 – **negrito adicionado**).

Opinião contrária ao acordo também pode ser encontrada no discurso citado de Mia Couto, escritor africano, que afirma a inutilidade de tal acordo.

Mia Couto afirma que o "Acordo Ortográfico não é necessário". De acordo com a Lusa, o autor de nacionalidade moçambicana justifica a sua opinião alegando que "o acordo ortográfico tem tanta excepção, omissão e casos especiais que não traz qualquer mudança efectiva" (PINTO, 2008).

Porém, ainda em Portugal, é possível apontar lingüistas e escritores que defendem e julgam a ratificação concretizada como algo progressista e necessário para o crescimento e fortalecimento da nossa língua.

De acordo com João Malaca Casteleiro, tais mudanças não têm a ver com a oralidade, opondo-se, assim, ao principal argumento contrário de Mexia. Casteleiro diz que a maioria dos escritores contrários a essa mudança são conservadores na língua e não vêem com bom grado qualquer tipo de modificações. Porém, é importante destacar que, no discurso de Mexia, que se coloca contrário ao acordo, encontra-se também o reconhecimento de possíveis vantagens culturais e comerciais (vide trecho em **negrito acima**).

Temos ainda um posicionamento mais provocante acerca desse assunto. José Eduardo Agualusa, escritor africano, além de deixar sua opinião clara, arrisca-se um pouco mais. Agualusa defende a identificação entre Brasil e Angola e diz ainda que se tal acordo não entrar em vigor, seu país deveria optar por seguir as normas ortográficas válidas no país sul-americano.

Agualusa expressou, numa das suas crônicas no semanário angolano "A Capital", que "Angola deveria optar pela ortografia brasileira" caso o Acordo Ortográfico não venha a ser aplicado. O autor angolano defende que o país é independente, não tem obrigações para com Portugal e que o Brasil, com cerca de 180 milhões de habitantes e maior produção literária, trata temáticas que se identificam com Angola e que constituem uma mais-valia.

Para o escritor, "Angola tem mais a ganhar com a existência de uma ortografia única do que Portugal ou o Brasil" e responsabiliza Portugal pelo facto de o acordo não se desenvolver, devido a um "enraizado sentimento imperial" (LIMA, 2008).

O escritor revive, por fim, em sua discussão, a questão império-colônia em que, segundo ele, Portugal se mostra contrário ao acordo devido a um "enraizado sentimento imperial". Aqui, o colonizador, segundo Agualusa, não admite a relação de igualdade entre colonizador e colônia. Portugal trata a língua portuguesa como patrimônio da cultura portuguesa e esta cultura não deve ser apoderada e modificada pelo povo colonizado.

Vários lingüistas e escritores portugueses analisados se mostram contrários ao acordo e não o aceitam por considerarem que ele fere os princípios de preservação da língua, já que, após a ratificação, a Língua Portuguesa ficou mais parecida com a língua falada no Brasil. Para Portugal, aceitar a unificação ortográfica seria o mesmo que perder sua identidade.

Além de posicionamentos distintos entre países e mesmo entre estudiosos de um mesmo lugar, podemos perceber ressignificações importantes de palavras. Ao fazer o estudo acerca da palavra "promoção" (já discutida), observou-se que há um real interesse na promoção da Língua Portuguesa no *corpus*, porém esse interesse é ressignificado no discurso brasileiro e português. Para o Brasil, essa promoção está relacionada ao conceito de difusão, já para Portugal, ela é interpretada como a valorização e defesa da cultura.

De acordo com Bakhtin (2002), a *contra-palavra* ressignifica o enunciado através do *tema* e este constitui-se de um sistema de signos dinâmicos que se adapta às condições de um dado momento é o responsável pela ressignificação do enunciado.

O tema da enunciação é na verdade, assim como a própria enunciação, individual e não reiterável. Ele se apresenta como a expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação. A enunciação: "Que horas são?" tem um sentido diferente cada vez que é usada e também, conseqüentemente, na nossa terminologia, um outro tema, que depende da situação histórica concreta (...) em que é pronunciada e da qual constitui na verdade um elemento (BAKHTIN, 2002, p. 128).

Enquanto, no Brasil, muitos acreditam que a língua se tornará mais forte e respeitável a partir de uma unificação ortográfica, em Portugal essa crença se direciona para o fortalecimento de culturas, ou seja, vários portugueses defendem a idéia de que tais nações somente farão parte de fóruns internacionais e unificarão seus leitores se, ao invés de aprovar um acordo ortográfico, fortalecer suas culturas e crenças.

De acordo com a deputada e professora universitária Isabel Pires de Lima, essa ratificação deve ser impugnada, já que uma “verdadeira política de internacionalização” da língua não ocorre por simples facilitações ortográficas. Para ela:

A expansão internacional de uma língua não se faz nem por facilitações ortográficas bebidas em critérios fonéticos em detrimento de critérios etimológicos nem por unificações ortográficas estabelecidas por decreto, como as línguas inglesa ou francesa abundantemente revelam, mas sim pelos conteúdos que for capaz de veicular (através da literatura, da música, enfim da cultura) (LIMA, 2008).

A deputada refuta, também, um forte argumento acerca do ensino da Língua Portuguesa para estrangeiros. Ela afirma que a partir do momento em que o acordo entrar em vigor, a língua permitirá, em muitos casos, o uso de dupla grafia como, por exemplo, “Antônio” e “António”, e essa facultatividade lingüística poderá confundir graficamente um possível aluno estrangeiro.

Porém, a preocupação portuguesa não gira apenas em torno de facilidades para o aluno estrangeiro ou a simples vontade de difundir a cultura como meio de promoção da língua. Há, em vários lingüistas e professores portugueses, a ideologia purista e protecionista envolvendo tal língua. Esse discurso aparece no trecho a seguir:

Como já foi abundantemente demonstrado pela comunidade lingüística, pelo menos desde 1990, o Acordo manifesta inúmeras fragilidades. Relevo apenas dois aspectos:

- a) O facto de acabar por nem sequer se revelar uma "versão fraca" de unificação ortográfica, como se pretendia, mas antes uma versão permissiva, erigindo o princípio da facultatividade excessiva, o qual vai contra o próprio conceito normativo de ortografia, originando nomeadamente a possibilidade do uso de duplas grafias dentro do mesmo país, isto é, abrindo a porta à heterografia.
- b) O facto de recorrer a uma diversidade de critérios na simplificação de preceitos ortográficos, com forte desrespeito pela dimensão patrimonial da língua, nomeadamente a sua dimensão histórica etimológica; ora a língua, é bom lembrá-lo, é definida na Lei de Bases do Património Cultural como um bem cultural, que, portanto, importa preservar e salvaguardar (LIMA, 2008).

Como pode ser observado no trecho abaixo, Lima compartilha o desejo de revisão do acordo com vários lingüistas e pontua que a Língua Portuguesa deve ser tratada como um patrimônio a ser defendido (por lei) e preservado. Assim sendo, o discurso apresentado por Lima deve ser relacionado à valorização da Língua Portuguesa como um patrimônio cultural. Para ela, a língua é um “bem cultural que, portanto, importa preservar e salvaguardar” (texto abaixo).

Estou ciente de que o bom senso político-cultural acabará por imperar através de acções concertadas que apelem à revisão do Acordo: revisão por certo desejada pela maioria dos lingüistas e por todos quantos têm responsabilidades na defesa do



património cultural; revisão com certeza esperada por alguns dos PALOP. (LIMA, 2008).

Quanto aos demais argumentos apresentados pela autora, julgamos pertinente salientar alguns, tendo em vista que, segundo ela, esse acordo não deveria ter sido ratificado por uma série de fatores político - diplomáticos e lingüísticos.

Isabel Lima aponta com autoridade que a facultatividade do acordo o torna frágil e contraditório com a normatividade da língua. Essa dupla grafia, possibilitada a partir da união de duas grafias, pode gerar a heterografia, fenômeno inaceitável na visão purista da professora.

Já as razões político-diplomáticas trazem à tona a discussão sobre a importância dos demais países da PALOP<sup>3</sup> no cenário dessa ratificação. Isabel Pires de Lima não acredita em um efetivo acordo entre todos os países de Língua Portuguesa, mas sim em um acordo entre Brasil e Portugal, devido à implantação não simultânea do acordo entre os demais países da PALOP. Isso, segundo Lima, pode causar uma divisão ainda maior em que, de um lado, encontramos Brasil e Portugal e, de outro, os países africanos falantes de português.

Uma tal descrição permitiria que o Acordo não se limitasse a ser o que na prática é, um acordo entre o Brasil e Portugal, mas um efectivo "acordo" entre pares. Isso poderia ser acompanhado da garantia, hoje não assegurada, de que todos os países da CPLP, envolvidos numa vontade renovada, poriam o Acordo em funcionamento em simultâneo.

Ora, não estando garantida tal simultaneidade, como ficou claramente patenteado nas declarações do ministro da Cultura de Moçambique aquando da recente visita do nosso Presidente da República àquele país, corre-se o risco perverso de se transformar um instrumento que se quer estratégico de agregação num possível factor de desagregação com a eventual criação de outros blocos de variantes lingüísticas que coloquem, por hipótese, Portugal e o Brasil de um lado e os PALOP de outro. (LIMA, 2008)

Outros lingüistas preocupados em proteger a língua, como Isabel Pires Lima, mostram-se mais intransigentes em relação à assinatura do acordo. Segundo António Emiliano, a assinatura desse contrato nada mais é que um “atentado contra o património, o povo e o desenvolvimento portugueses” (ver trecho em **negrito**). Tal pensamento contrário se mostra tão acentuado que deputados como Vasco Graça Moura, Jorge Morais Barbosa, Maria Alzira Seixo e o próprio António Emiliano lutam para a impugnação do acordo através de um “manifesto de defesa da Língua Portuguesa”.

---

<sup>3</sup> Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Rememorando as diligências até agora efectuadas pelos subscritores do Manifesto (cerca de 45.000), o escritor e deputado - que acaba de publicar na Alêtheia, *Acordo Ortográfico: a Perspectiva do Desastre* -, chamou a atenção para o facto de "nenhum dos pareceres negativos" emitidos sobre o Acordo ter sido "ponderado pelas autoridades".

Em *Foi Você que pediu um Acordo Ortográfico?*, António Emiliano, inaugurando a série de *Opúsculos* da Guimarães, publicou, entretanto, um texto científico sobre a matéria. Nele apela, no caso de aquele ser promulgado e aplicado, para a "**luta pela sua impugnação e supressão**", sugerindo a "**desobediência civil e a objecção de consciência**": "**O Acordo é um atentado contra o nosso património, o nosso povo e o nosso de-senvolvimento**", escreve o lingüista.

Ultrapassado há muito o número de 4 mil assinaturas necessário para que o Manifesto seja discutido na AR, os peticionários apresentaram já neste órgão de soberania um pedido nesse sentido: "O Manifesto terá de ser analisado e discutido na Assembléa da República", venceu Vasco Graça Moura, esclarecendo que outras acções, designadamente "junto do Governo", se seguirão para fazer valer as razões da oposição ao Manifesto. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2008 – negrito adicionado).

Observando esse movimento por um ângulo mais comercial julgamos relevante pontuar a fala do presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), António Batista Lopes. O presidente se mostra contra o acordo e o julga desnecessário a qualquer tipo de promoção. Segundo Lopes, tal acordo pode ser nocivo à língua, já que considera a riqueza lingüística a partir de uma série de variações presentes no idioma.

Para o presidente da APEL, a resposta é simples e objectiva: "a riqueza de uma língua reside na sua diversidade" e, por essa razão, torna-se evidente que "este 'desacordo' não vem provocar nenhum reforço da lusofonia" (PINTO, 2008).

Por fim, dentre muitas opiniões contrárias e algumas favoráveis no cenário português, queremos ressaltar a semelhança de sentido da "promoção da língua", no contexto político. Assim como o ministro das relações exteriores Celso Amorim defende a implantação de uma ortografia comum, o ministro da cultura português José António Pinto Ribeiro admite que espera que o acordo entre em vigor em Portugal o mais rápido possível.

Para o ministro, o acordo já está em vigor a partir do momento em que foi assinado por três países, sendo essa a condição necessária para que este fosse aceito.

José António Pinto Ribeiro confessou que tem uma opinião diferente. À margem da visita à ARCO, a Feira de Arte Contemporânea de Madrid, o responsável pela pasta da Cultura disse esperar «que haja condições para que muito proximamente seja ratificado também por Portugal o acordo ortográfico, em coordenação com o mundo editorial, com os livros escolares e com todos os interessados», noticia a Rádio Renascença. O ministro lembrou que o acordo está em vigor, mas escusou-se a dizer que Portugal está em incumprimento: "É uma questão que passa pela coordenação de vários Ministérios, mas aquilo que posso dizer é que em termos do ponto de vista da política internacional e do direito internacional, o acordo está ratificado já por três países e nos termos do próprio acordo, a partir desse momento

ele entrou em vigor. Mas acho que estamos aqui na ARCO e aquilo que devemos celebrar é esta forma extraordinária de expressão da cultura portuguesa que são as artes plásticas” (RIBEIRO, 2008).

A partir dos textos apresentados, vimos que os discursos sobre o acordo ortográfico presentes no cenário científico - acadêmico, que engloba a voz de professores, lingüistas, e pesquisadores, apresentam grande divergência entre os dois países pesquisados. Essas divergências são também encontradas no discurso de uma mesma nação, porém de forma menos acentuada.

Embasados no círculo bakhtiniano, podemos afirmar que os discursos analisados, carregados de ideologias que constituem os discursos de cada país, apresentam sempre um caráter avaliativo. Assim,

não existe enunciado não-ideológico. E não ideológico em dois sentidos: qualquer enunciado se dá na esfera de uma das ideologias (i.e., no interior de uma das áreas da atividade intelectual humana) e expressa sempre uma posição avaliativa (i.e., não há enunciado neutro; a própria retórica da neutralidade é também uma posição axiológica). (FARACO, 2003, p. 46).

Foi possível notar também que os políticos analisados, responsáveis por algum ministério, Ministério de Relações Exteriores e Ministério da Cultura, compartilham de uma mesma ideologia e uma “mesma maneira de enxergar” a promoção da Língua. Amorim, de uma forma mais explícita, defende a ratificação do acordo ortográfico e acredita na difusão da língua por meio deste. Ribeiro, de uma forma mais contida, defende a ratificação do acordo, acredita na difusão da língua por meio dele, porém não explicita nenhuma opinião acerca dos países que também o assinaram.

Essa diferença na explicitação das idéias se dá devido ao contexto político e cultural em que cada ministro vive. Amorim representa, em nosso estudo, uma autoridade brasileira que se diz facilmente favorável ao acordo. Porém, deve-se notar que o ministro tem, também, a clara idéia de que a partir do momento em que tal acordo comece a ser implementado, o Brasil poderá ganhar um espaço maior no cenário internacional. Já Ribeiro, que também se mostra favorável ao acordo, procura manter-se comedido devido ao contexto de que a promoção da língua em Portugal é dada a partir de sua defesa. Para muitos portugueses, essa mudança afeta a identidade do povo português, inclusive pelo fato de que a partir da implementação da nova ortografia, a língua do colonizador aproximar-se-á da do colonizado.

## CONCLUSÃO

Nossa pesquisa discutiu as divergências/aproximações entre os discursos portugueses e brasileiros acerca do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

A partir dos textos analisados, percebemos que muitas opiniões sobre o acordo presentes no cenário científico-acadêmico (em que estão presentes professores e lingüistas, entre outros profissionais) apresentam grande conflito de valores entre os dois países pesquisados. As diferenças são também encontradas no discurso de uma mesma nação, porém de forma menos acentuada. Foi possível estabelecer como esses discursos que envolvem o acordo aparecem carregados de valores ideológicos enraizados na cultura dos povos em foco.

Em Portugal, a mudança ortográfica funcionaria como a perda de identidade daquele povo. Identidade essa construída também a partir da língua e muitas vezes sobre os pilares de práticas culturais de colonizadores. Para o povo português a Língua Portuguesa é um patrimônio cultural do país e, assim como todo patrimônio, deve ser bem zelado e protegido. Muitos especialistas no assunto, no *corpus* analisado, afirmam que não é a partir desse documento que rege sobre a ortografia que todas as nações falantes do Português, seja Brasil, Portugal ou os países da Palop, serão unidas e mais respeitadas no cenário internacional. De acordo com lingüistas e professores portugueses, a unificação acontece realmente a partir da cultura, literatura, música e hábitos semelhantes entre os países e muitos se sentem violentados com tal acordo. Promover a língua, nesse contexto, é preservar e unificar a cultura.

Já no Brasil, há a ressignificação da palavra *promoção*. A materialidade dessa palavra se constrói em um cenário totalmente diferente do cenário europeu. Aqui, muitos acreditam que a unificação ortográfica dará chances aos países falantes dessa língua de emergirem no cenário e fóruns internacionais. Porém, percebemos que esses discursos defendidos no Brasil mostram, muitas vezes, um sentimento de ascensão da colônia. Ou seja, procuram promover o Brasil através da Língua Portuguesa falada aqui (já que após as mudanças ortográficas, a Língua Portuguesa, pelo menos em sua manifestação escrita, estará mais próxima do Português brasileiro).

Constatamos, assim, confrontos discursivos girando em torno da busca de identidade, seja essa identidade portuguesa, buscando a preservação de um patrimônio, ou brasileira, em busca da ascensão política no cenário internacional através da língua.

## REFERÊNCIAS

- ACADEMIA brasileira de letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/>>. Acesso em 1 ago. 2008.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Marxismo e a filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud. São Paulo: Annablume, 2002.
- CPLP. Disponível em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx>>. Acesso 1 ago. 2008.
- DIÁRIO de notícias on-line. “Dossier” contra acordo entregue segunda ao PR. Disponível em: <[http://dn.sapo.pt/2008/05/31/artes/dossier\\_contra\\_acordo\\_entregue\\_segund.html](http://dn.sapo.pt/2008/05/31/artes/dossier_contra_acordo_entregue_segund.html)> Acesso em: 31 mai. 2008.
- DIAS, Luiz Francisco. Significação e forma lingüística na visão de Bakhtin. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Unicamp, 1997. p, 105 - 113.
- FARACO, Carlos Alberto. Criação ideológica e dialogismo. In: \_\_\_\_\_. *Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar, 2003. cap. 2, p, 45 - 85.
- FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.
- GINZBURG, Carlo. Feitiçaria e piedade popular: notas sobre um processo modenense de 1519. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p, 143 - 179.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p, 7 - 14.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. 1º reimpressão. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. p, 2310.
- JPN. Editorial. Disponível em: <[http://jpn.icicom.up.pt/documentosestatuto\\_do\\_jpn\\_html](http://jpn.icicom.up.pt/documentosestatuto_do_jpn_html)>. Acesso em: 25 set. 2008.
- LIMA, Isabel Pires de. Em favor da revisão do Acordo Ortográfico: Três ordens de razões “culturais”. In: Diário de Notícias on-line. Disponível em: <[http://dn.sapo.pt/2008/06/02/artes/em\\_favor\\_revisão\\_acordo\\_ortografico.html](http://dn.sapo.pt/2008/06/02/artes/em_favor_revisão_acordo_ortografico.html)>. Acesso em: 2 jun. 2008.
- LUSA. Amorim defende política permanente de promoção do idioma. In: Folha on-line. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u424536.shtml>>. Acesso em: 29 set. 2008.
- MARCELINO, João; BALDAIA, Paulo. PS e PSD são duas alternativas à mesma coisa. In: Diário de Notícias on-line. Disponível em: <[http://dn.sapo.pt/2008/05/25/nacional/ps\\_e\\_sao\\_duas\\_alternativas\\_a\\_mesma\\_c.html](http://dn.sapo.pt/2008/05/25/nacional/ps_e_sao_duas_alternativas_a_mesma_c.html)>. Acesso em: 15 jul. 2008.

MENDONÇA, Marina Célia. Estudos bakhtinianos e análise do discurso francesa. In: NASCIMENTO, E M. F. dos S.; OLIVEIRA, M. R. M de; LOUZADA, M. S. O. (Orgs.). *Processos enunciativos em diferentes linguagens*. Franca: Unifran, 2006. p, 169 - 82.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. Palavras engravidam e grávidas vão partir um mundo diferente. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *O espelho de Bakhtin*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, p. 157-180.

MOURA, Vasco Graça. Uma vitória de Pirro. In: Diário de Notícias on-line. Disponível em: <[http://dn.sapo.pt/2008/05/28/opiniaio/uma\\_vitoria\\_pirro.html](http://dn.sapo.pt/2008/05/28/opiniaio/uma_vitoria_pirro.html)>. Acesso em: 15 jul. 2008.

NOVA ESCOLA. Apresentação. In: NOVA ESCOLA edição especial. *Manual da Nova Ortografia*. São Paulo: Abril, 2008

OLIVEIRA, Deh. Reforma ortográfica visa difundir o idioma. In: Folha on-line. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u415613.shtml>>. Acesso em: 24 set. 2008.

PINTO, Sandra Silva. Este acordo é nocivo para a Língua Portuguesa. In: JPN Jornalismo Porto Net. Disponível em: <[http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/11/apel\\_este\\_acordo\\_e\\_nocivo\\_para\\_a\\_lingua\\_portuguesa.html](http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/11/apel_este_acordo_e_nocivo_para_a_lingua_portuguesa.html)> Acesso em: 29 set. 2008.

\_\_\_\_\_. Ortografia não influencia a união cultural dos povos lusófonos. In: JPN Jornalismo Porto Net. Disponível em: <[http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/11/ortografia\\_ao\\_influencia\\_a\\_uniao\\_dos\\_povos\\_lusofonos.html](http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/11/ortografia_ao_influencia_a_uniao_dos_povos_lusofonos.html)>. Acesso em: 29 set. 2008.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil – por uma política prudente e propositiva. In: RAJAGOPALAN, K. , LACOSTE, Y. (Orgs.) *A geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola, 2005.

RIBEIRO, José Antonio Pinto. (Des)acordo ortográfico. In: IOL Diário. Disponível em: <<http://diario.iol.pt/sociedade/acordo-ortografico/916371-4071.html>>. Acesso em: 29 set. 2008.

O que é globalização? Disponível em: <<http://mundo.educacao.uol.com.br/geografia/o-que-globalizacao.htm>>. Acesso em: 23 set. 2008.

WIKIPEDIA. Folha de S. Paulo. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Folha\\_de\\_S.\\_Paulo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Folha_de_S._Paulo)>. Acesso em 25 set. 2008.

## ANEXOS

### **Reforma ortográfica visa a difundir o idioma**

**DEH OLIVEIRA – 01/07/2008.**

colaboração para a **Folha On-line**.

Uma das principais justificativas para o acordo ortográfico, firmado entre os oito países de língua portuguesa em 1990 e prestes a entrar em vigor, é que o fim de várias grafias proporcionará maior visibilidade ao idioma - o sétimo mais falado no planeta. Isso contribuiria para sua afirmação no cenário internacional, principalmente em entidades como a ONU (Organização das Nações Unidas).

"Para mim tem importância política, facilita a difusão e o ensino do português no mundo. No sistema de certificação internacional não é aceita a ortografia do Brasil. Nos documentos internacionais se faz uma versão com a ortografia de Portugal e do Brasil", explica o professor de lingüística da USP (Universidade de São Paulo) José Luiz Fiorin, integrante da Colip (Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa). Ligado ao Ministério da Educação, o Colip tem a função de formular e coordenar as políticas para a língua portuguesa no Brasil e no mundo.

Ao todo, são cerca de 230 milhões de falantes --a maioria no Brasil, que tem 185 milhões de habitantes. Apesar de ser língua oficial em oito países, na prática há somente duas variantes de ortografia: brasileira e portuguesa. Os demais países adotam o modelo de Portugal.

As mudanças atingem em menor escala a grafia utilizada no Brasil: aproximadamente 0,5% das palavras, enquanto em Portugal chegam a 1,6%.

### **Amorim defende política permanente de promoção do idioma**

da **Agência Lusa – 21/07/2008.**

colaboração para a **Folha On-line**

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, defendeu uma política permanente de promoção da língua portuguesa no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e apontou como estratégica a posição do Brasil para a difusão do idioma.

"Independentemente de toda a cooperação bilateral ou plurilateral que existe, tem que haver uma política da língua portuguesa. É preciso haver uma política de divulgação e difusão permanente", afirmou Amorim, em declarações à Lusa.

A língua portuguesa é o tema da 7ª cúpula de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que acontece quinta e sexta-feira, em Lisboa, e uma das prioridades da presidência portuguesa da organização, nos próximos dois anos.

O governo português aprovou na semana passada uma nova estratégia para a promoção e divulgação da língua portuguesa, que inclui a criação de um fundo com este objetivo, dotado com uma verba inicial de 30 milhões de euros, mas aberto à contribuição de outros países.

Referindo-se à reunião de Lisboa, o chefe da diplomacia brasileira afirmou que vai ser "um grande encontro".

"A CPLP é de grande importância. Será uma cúpula para debater os problemas e a maneira de cooperar. Continuaremos a dar o nosso apoio", realçou Amorim, destacando que o Brasil tem a intenção de criar uma universidade da língua portuguesa voltada para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

A previsão do governo brasileiro é de que a Universidade da CPLP (UniCPLP) ou Universidade da Integração Luso-Afro-Brasileira --o nome ainda não está definido-- comece a funcionar em 2010, no Estado do Ceará.

Questionado sobre o acordo ortográfico, que vai entrar em vigor nos países da CPLP que já o ratificaram (Portugal, Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), Amorim disse que a sua adoção vai "simplificar" o uso da língua, além de facilitar a divulgação de livros didáticos e atingir comunidades que falam português em outros países.

O ministro brasileiro afirmou, no entanto, que ainda há muitos desafios a enfrentar e destacou a disposição do país em contribuir para a divulgação da língua portuguesa.

"O acordo ortográfico foi um grande passo nesse sentido, mas há muito que pode ser feito. O Brasil tem uma posição estratégica, com quase 200 milhões de pessoas que falam o português. Daremos a assistência necessária para que essas mudanças se concretizem", disse.

Mais de 240 milhões de pessoas falam a língua portuguesa no mundo. O Brasil concentra o maior número de falantes --cerca de 192 milhões de pessoas, seguido por Moçambique com uma população de 21,2 milhões de habitantes, Angola com 12,5 milhões e Portugal com uma população inferior a 11 milhões de falantes.

### **'Dossier' contra Acordo entregue segunda ao PR**

Diário de Notícias - 31/05/2008

Um *dossier* com pareceres "de índole fundamentalmente lingüística", alguns dos quais inéditos, vai ser entregue segunda-feira ao Presidente da República por signatários do Manifesto em Defesa da Língua Portuguesa contra o Acordo Ortográfico. Fará a entrega um



grupo constituído por Vasco Graça Moura, Jorge Morais Barbosa, Maria Alzira Seixo e António Emiliano.

Em declarações à Lusa, Vasco Graça Moura precisou que, entre os pareceres, figuram os elaborados pela Comissão Nacional da Língua Portuguesa (CNALP), entretanto extinta, e pela Associação de Professores de Lingüística, bem como um inédito de Emiliano, que descreveu como "a análise mais profunda que já se fez sobre o Acordo Ortográfico e a sua memória explicativa."

Rememorando as diligências até agora efectuadas pelos subscritores do Manifesto (cerca de 45.000), o escritor e deputado - que acaba de publicar na *Alêtheia*, *Acordo Ortográfico: a Perspectiva do Desastre* -, chamou a atenção para o facto de "nenhum dos pareceres negativos" emitidos sobre o Acordo ter sido "ponderado pelas autoridades". Em *Foi Você que pediu um Acordo Ortográfico?*, António Emiliano, inaugurando a série de *Opúsculos* da Guimarães, publicou, entretanto, um texto científico sobre a matéria. Nele apela, no caso de aquele ser promulgado e aplicado, para a "luta pela sua impugnação e supressão", sugerindo a "desobediência civil e a objecção de consciência": "O Acordo é um atentado contra o nosso património, o nosso povo e o nosso de-senvolvimento", escreve o lingüista.

Ultrapassado há muito o número de 4 mil assinaturas necessário para que o Manifesto seja discutido na AR, os peticionários apresentaram já neste órgão de soberania um pedido nesse sentido: "O Manifesto terá de ser analisado e discutido na Assembléia da República", venceu Vasco Graça Moura, esclarecendo que outras acções, designadamente "junto do Governo", se seguirão para fazer valer as razões da oposição ao Manifesto.

### **Em favor da revisão do Acordo Ortográfico: três ordens de razões “culturais”**

Isabel Pires de Lima

Diário de Notícias – 02/06/2008

Compreendo que o Governo português tem um compromisso político-diplomático, assumido em 2004 pelo Governo de então, que dificilmente lhe permitiria não ratificar o 2.º Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico, independentemente de discordâncias que porventura tenha quanto ao seu conteúdo. Certamente por isso, e não apenas por questões de carácter pragmático ligadas à sua implementação no terreno, a presente ratificação faz-se acompanhar do pedido de uma moratória de seis anos para a sua aplicação. Teria sido preferível pedir mais tempo, que, a meu ver, o Governo deveria aproveitar para procurar encontrar consenso diplomático com vista à revisão do Acordo.

E por que precisa ele de ser "emendado"? Por várias ordens de razões, todas culturais, em última análise:

**1 - Por razões técnico-linguísticas e culturais:**

Como já foi abundantemente demonstrado pela comunidade linguística, pelo menos desde 1990, o Acordo manifesta inúmeras fragilidades. Relevo apenas dois aspectos:

a) O facto de acabar por nem sequer se revelar uma "versão fraca" de unificação ortográfica, como se pretendia, mas antes uma versão permissiva, erigindo o princípio da facultatividade excessiva, o qual vai contra o próprio conceito normativo de ortografia, originando nomeadamente a possibilidade do uso de duplas grafias dentro do mesmo país, isto é, abrindo a porta à heterografia.

b) O facto de recorrer a uma diversidade de critérios na simplificação de preceitos ortográficos, com forte desrespeito pela dimensão patrimonial da língua, nomeadamente a sua dimensão histórica etimológica; ora a língua, é bom lembrá-lo, é definida na Lei de Bases do Património Cultural como um bem cultural, que, portanto, importa preservar e salvaguardar.

**2 - Por razões político-diplomáticas e culturais:**

Quase vinte anos volvidos sobre o Acordo e num quadro bem distinto no seio da CPLP, no que à situação político-social de Angola e Moçambique diz respeito e também no que ao caso particular de Timor se refere, impor-se-ia uma revisão do Acordo que atentasse à urgente necessidade de uma descrição linguística das variantes africanas do português, muito particularmente no caso daqueles dois países africanos que envolvem cerca de 30 milhões de falantes, cuja norma ortográfica é, recorde-se, a do português europeu. Uma tal descrição permitiria que o Acordo não se limitasse a ser o que na prática é, um acordo entre o Brasil e Portugal, mas um efectivo "acordo" entre pares.

Isso poderia ser acompanhado da garantia, hoje não assegurada, de que todos os países da CPLP, envolvidos numa vontade renovada, poriam o Acordo em funcionamento em simultâneo.

Ora, não estando garantida tal simultaneidade, como ficou claramente patenteado nas declarações do ministro da Cultura de Moçambique aquando da recente visita do nosso Presidente da República àquele país, corre-se o risco perverso de se transformar um instrumento que se quer estratégico de agregação num possível factor de desagregação com a eventual criação de outros blocos de variantes linguísticas que coloquem, por hipótese, Portugal e o Brasil de um lado e os PALOP de outro.

Acresce a tudo isto que, entre 1990 e hoje, não foi cumprido um objectivo estipulado pelo Acordo, prévio à sua entrada em vigor: a organização e publicação de um Vocabulário

Técnico- -Científico que impedisse ou ajudasse a travar a forte deriva lexical que se vem sentindo entre a norma europeia e a brasileira.

### 3 - Por razões económicas e culturais:

A expansão internacional de uma língua não se faz nem por facilidades ortográficas bebidas em critérios fonéticos em detrimento de critérios etimológicos nem por unificações ortográficas estabelecidas por decreto, como as línguas inglesa ou francesa abundantemente revelam, mas sim pelos conteúdos que for capaz de veicular (através da literatura, da música, enfim da cultura). É por aí que passa uma verdadeira política de internacionalização de uma língua e não pelo logro da facilitação fonética da ortografia. Logro tanto maior quanto o critério acima referido da facultatividade vai criar maior dúvida grafémica em quem pretende aprender o português. Não será o Acordo que fará o português ganhar um único leitor, um só falante ou o direito a ser língua veicular num único *fórum* internacional. Acresce a este facto que o mercado do livro no espaço lusófono, e muito especialmente nos PALOP, tornar-se-á mais difícil de conquistar para a indústria editorial portuguesa e, conseqüentemente, os conteúdos culturais portugueses que os nossos livros veiculam terão mais dificuldade de penetração, designadamente ao nível das indústrias culturais e criativas, nos PALOP. Em síntese, a internacionalização da cultura portuguesa em África será mais difícil.

Estou ciente de que o bom senso político-cultural acabará por imperar através de acções concertadas que apelem à revisão do Acordo: revisão por certo desejada pela maioria dos lingüistas e por todos quantos têm responsabilidades na defesa do património cultural; revisão com certeza esperada por alguns dos PALOP.

### **(DES)Acordo Ortográfico**

IOL Diário – 16/02/2008

O ensaísta, professor universitário e filósofo Eduardo Lourenço considera dispensável o Acordo Ortográfico da língua portuguesa cuja ratificação está pendente desde 1994 e vai continuar a escrever como aprendeu, mesmo que este entre em vigor, informa a agência Lusa. «Eu acho que se podia dispensar este acordo. Escrevo em português e penso que os portugueses vão continuar a escrever - sobretudo os da minha geração - no código em que foram ensinados. Na minha idade (84 anos), não vou agora mudar para uma ortografia - digamos *ç* comum», disse Eduardo Lourenço à margem da 9ª edição do encontro de escritores de expressão ibérica Correntes de escritas, que hoje termina na Póvoa de Varzim.

Já o novo ministro da Cultura tem uma posição ligeiramente diferente. Ao contrário de Isabel Pires de Lima, que anunciou uma moratória de dez anos para aplicação do acordo, José António Pinto Ribeiro confessou que tem uma opinião diferente.

À margem da visita à ARCO, a Feira de Arte Contemporânea de Madrid, o responsável pela pasta da Cultura disse esperar «que haja condições para que muito proximamente seja ratificado também por Portugal o acordo ortográfico, em coordenação com o mundo editorial, com os livros escolares e com todos os interessados», noticia a Rádio Renascença.

O ministro lembrou que o acordo está em vigor, mas escusou-se a dizer que Portugal está em incumprimento: «É uma questão que passa pela coordenação de vários Ministérios, mas aquilo que posso dizer é que em termos do ponto de vista da política internacional e do direito internacional, o acordo está ratificado já por três países e nos termos do próprio acordo, a partir desse momento ele entrou em vigor. Mas acho que estamos aqui na ARCO e aquilo que devemos celebrar é esta forma extraordinária de expressão da cultura portuguesa que são as artes plásticas».

Desavenças constantes

A ensaísta e professora universitária de literatura portuguesa Maria Lúcia Lepecki defendeu que o Acordo é desnecessário e um desperdício de recursos: «Eu sempre achei que o acordo ortográfico não é preciso: um brasileiro lê perfeitamente a ortografia portuguesa e um português lê perfeitamente a ortografia brasileira. Olha a ortografia, sabe que palavra é que é, pronuncia correctamente

«Acho que é um desperdício de energias, um desperdício de dinheiro, e penso que se devia gastar o pensamento e as forças em outra coisa qualquer», sustentou Maria Lúcia Lepecki. «Quando houve aqui uma grande polémica sobre esse assunto, há cerca de 20 anos, eu nunca me pronunciei. Na altura, era presidente da Associação de Professores de Português e havia quem se pronunciasse por mim, veiculando a posição da associação», explicou.

A escritora moçambicana Paulina Chiziane também manifestou dúvidas quanto à razão de ser e à utilidade de um acordo ortográfico: «Há muitos anos que eu venho ouvindo falar deste acordo, que sai e não sai. Mas, se eu olhar para o meu próprio país, que é Moçambique, nós somos tão diversos que de vez em quando acho que cada um tem o direito de escrever a sua língua portuguesa.

### **Ortografia não influencia a união cultural dos povos lusófonos**

Sandra Silva Pinto

JPN – 11/04/2008

Mudar a grafia das palavras não altera os laços culturais da lusofonia. Especialistas receiam a transmissão de mensagens ilusórias ou fictícias.

A discussão em torno do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa tem, desde que Portugal anunciou a intenção de aprovar o Segundo Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico, suscitado a intervenção de várias figuras públicas, desde lingüistas, políticos a catedráticos ou editores. A questão da identidade cultural de cada país e o sentimento de união lusófona são temas que inquietam os especialistas que mais se envolvem no debate da nova ortografia.

Pedro Mexia, escritor e crítico literário, escreveu, recentemente, no seu blogue que não é "adepto deste Acordo Ortográfico", mas reconhece as possíveis "vantagens culturais e comerciais".

A principal crítica do escritor recai sobre o "critério fonético". "Se é um acordo ortográfico, que apenas modifica a língua escrita, não me parece sensato que a ortografia siga sempre o critério do português falado. A fonética do português varia de país para país e de região para região". Pedro Mexia acrescenta, ainda, que a adopção do critério fonético se faz "à custa do elemento etimológico que contém uma explicação histórica e um lastro cultural" de uma língua.

Todavia, o professor João Malaca Casteleiro assegura que "as reformas ortográficas nada têm a ver com a oralidade", o que permite a cada falante continuar a "dispor da sua liberdade de expressão". As alterações são "do ponto de vista gráfico, da representação gráfica da língua", garantiu o investigador, em declarações ao JPN.

Pedro Mexia defende, mesmo assim, que "a língua, enquanto legado, vive nos textos, e acima de tudo na grande literatura". "Nunca falámos com Camões ou Camilo, mas lemos o português que eles escreviam. É o português escrito que dá identidade à língua portuguesa. Alterar o modo como escrevemos a partir do modo como falamos é uma ideia muito discutível".

Um ponto de vista também partilhado pelo professor brasileiro Cláudio Moreno, que disse ao JPN que a união cultural está muito além da ortografia que cada povo usa no quotidiano. "A língua é o sentimento da língua, é a palavra, são as expressões, é o que Camões e Machado de Assis escreveram, e isso não se vai desmanchar nunca".

"O que foi vendido, e que me deixa assustado, é a ideia de que essa fictícia unificação ortográfica uniria mais os dois países e é claro que não é isso. É a cultura, não é a maneira como se escreve. No momento que passarmos a escrever da mesma forma, isso vai aumentar qualquer vínculo entre nós? Claro que não", sublinha o professor.

Escritores africanos reflectem antagonismo do acordo

Autores de sucesso e de reconhecido valor no mundo da lusofonia como Mia Couto e José Eduardo Agualusa não têm uma posição consensual face à ratificação do acordo ou a qual ortografia deveria ser adoptada.

Agualusa expressou, numa das suas crónicas no semanário angolano "A Capital", que "Angola deveria optar pela ortografia brasileira" caso o Acordo Ortográfico não venha a ser aplicado. O autor angolano defende que o país é independente, não tem obrigações para com Portugal e que o Brasil, com cerca de 180 milhões de habitantes e maior produção literária, trata temáticas que se identificam com Angola e que constituem uma mais-valia.

Para o escritor, "Angola tem mais a ganhar com a existência de uma ortografia única do que Portugal ou o Brasil" e responsabiliza Portugal pelo facto de o acordo não se desenvolver, devido a um "enraizado sentimento imperial".

Por outro lado, Mia Couto afirma que o "Acordo Ortográfico não é necessário". De acordo com a Lusa, o autor de nacionalidade moçambicana justifica a sua opinião alegando que "o acordo ortográfico tem tanta excepção, omissão e casos especiais que não traz qualquer mudança efectiva".

Na opinião do professor João Malaca Casteleiro, as posições dos autores africanos justificam-se porque "os autores, em geral, não gostam que se toque na língua, mesmo que seja nos aspectos meramente gráficos, como é o caso". No entanto, não crê que essas vozes sejam "suficientes para impedir a marcha" de um processo que, neste momento, considera "imparável".

### **APEL: "Este acordo é nocivo para a língua portuguesa"**

Sandra Silva Pinto

JPN – 11/04/2008

António Batista Lopes defende que o Acordo Ortográfico "não é necessário" e em "nada contribui para reforçar a lusofonia". Presidente lamenta falta de debate alargado.

António Batista Lopes, presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), considera o Acordo Ortográfico, ratificado em Março pelo Conselho de Ministros, desnecessário visto que "não serve rigorosamente em nada os interesses de promoção da língua portuguesa nem os interesses de Portugal".

Em entrevista ao JPN, Batista Lopes rejeitou a necessidade portuguesa de um Acordo Ortográfico, seja ele o que está prestes a entrar em vigor ou qualquer outro. O presidente da APEL refere que um dos motivos invocados pelos defensores do acordo é que ele "contribuiu

para uma maior divulgação da língua portuguesa na cena internacional" e, para refutar este argumento, recorre à analogia do "inglês britânico" e o "inglês norte-americano".

"Há outros países que têm em comum a língua, como Inglaterra e Estados Unidos, e que se entendem perfeitamente com as variantes de cada país, sem necessidade de nenhum acordo".

Uma constatação que leva Batista Lopes a questionar a decisão portuguesa: "Porque é que os países onde se fala a língua de maior expressão em termos planetários, que é o inglês, não sentem necessidade de realizar um acordo ortográfico?"

Para o presidente da APEL, a resposta é simples e objectiva: "a riqueza de uma língua reside na sua diversidade" e, por essa razão, torna-se evidente que "este 'desacordo' não vem provocar nenhum reforço da lusofonia".

#### Incorre(c)ção no tratamento da língua

Na seqüência do debate parlamentar que reuniu académicos, políticos, escritores, editores e outros intelectuais para discutir a nova ortografia, António Batista Lopes critica a forma como tem sido debatida a implementação do acordo.

Quando questionado sobre uma possível consulta popular, o presidente da APEL não aponta o referendo como uma hipótese viável, mas admite não ter dúvidas que "lamentavelmente, este processo não está a ser objecto do debate alargado, forte que deveria ser". "Isto é, no mínimo uma forma menos correcta de tratar uma questão tão importante como é a língua que nós falamos", afirmou.

Batista Lopes cita, ainda, Fernando Pessoa: "a minha pátria é a minha língua". Pretende, desta forma, lembrar que as palavras do poeta deviam dar a todos os falantes de português "uma responsabilidade quanto ao modo como tratam a língua".